

VI-028 – REGULARIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL EM MINAS GERAIS**Marilena Ferreira Pena⁽¹⁾**

Engenheira Agrônoma – UFV (1983), Especialista em Engenharia Sanitária e Ambiental – UFMG (1998), Doutora em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos – UFMG (2004). Diretoria de Desenvolvimento e Conservação Florestal – DDCF, Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF, Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA. marilena.pena@meioambiente.mg.gov.br marilenafpena@yahoo.com.br

Vergílius Maro Clemente

Engenheiro Florestal (UFV – 1977). Gerente de Conservação e Recuperação do Cerrado e da Caatinga – GCRCC, Diretoria de Desenvolvimento e Conservação Florestal – DDCF, Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF, Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA. vergílius.maro@meioambiente.mg.gov.br

Mariana Lima Moura

Engenheira Florestal (UFV – 2003). Diretoria Técnico-Normativa, Superintendência de Regularização Ambiental, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, Sistema Estadual de Meio Ambiente – SISEMA. mariana.moura@meioambiente.mg.gov.br

Endereço⁽¹⁾: Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n - Bairro Serra Verde, Edifício Minas - Belo Horizonte/MG. CEP 30.630-900 Fone: (31) 3915-1534 / 1351 / 1526

RESUMO

Reserva Legal (RL) é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, de utilização limitada, ressalvada a de preservação permanente (APP), representativa do ambiente natural da região e necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas. A aprovação de processos de licenciamento, intervenção ambiental, outorga de água, crédito rural e transmissão de títulos de propriedade estão condicionados à averbação da RL no cartório, após a regularização junto ao órgão ambiental. Segundo o Censo Agropecuário IBGE – 2006, temos em Minas Gerais 551.617 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e dezessete) estabelecimentos rurais, com 32,6 milhões de hectares, com isso, seria esperado que 6,5 milhões de hectares estivessem averbados como Reserva Legal. Entretanto, estima-se que, atualmente, apenas 50.000 (cinquenta mil) estabelecimentos possuam RL averbadas, ou seja, apenas 9% do total. Assim, considerando um enorme passivo de propriedades irregulares e a dificuldade desta regularização, Minas Gerais adotou o sistema de credenciamento de profissionais da área de meio ambiente, para agilizar processos de regularização da RL. Para isso, o Instituto Estadual de Florestas - IEF assinou um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Estado e com a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), criou o Centro de Apoio a Reserva Legal (Cearel) e realizou 12 capacitações para profissionais não servidores. Em 2010, cerca de 7.000 proprietários rurais regularizaram suas reservas legais em Minas Gerais, um acréscimo significativo, considerando uma média anual de 4000 averbações. A expectativa para 2011 é que ocorram novas capacitações, que o número de averbações aumente significativamente e que ocorra uma ampliação da cobertura florestal, para a formação de corredores ecológicos, para a melhoria da qualidade e o aumento da disponibilidade dos recursos hídricos e para a melhoria da qualidade de vida da população.

PALAVRAS-CHAVE: Reserva Legal, Corredores Ecológicos, Legislação Ambiental, Revitalização de Bacia Hidrográfica.

INTRODUÇÃO

Reserva Legal (RL) é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, de utilização limitada, ressalvada a de preservação permanente (APP), representativa do ambiente natural da região e necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas. Deve ser equivalente a no mínimo 20% (vinte por cento) da área total da propriedade. Sua implantação deve compatibilizar a conservação dos recursos naturais e o uso econômico da propriedade.

Nas áreas de exploração agrícola as RLs favorecem o controle natural de pragas pela manutenção de maior diversidade de habitats e atuam como barreiras na disseminação de doenças. Contribuem, também, para melhor

disponibilidade hídrica e na retenção de umidade, reduzindo os efeitos provocados por estiagens. Desse modo, a instituição e conservação da RL são importantes para assegurar a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, riquezas essenciais para o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável da propriedade rural e constituem exigências da legislação para toda e qualquer propriedade ou posse rural. A propriedade regularizada, além de estar cumprindo essas exigências, estará contribuindo para a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. Por isso, a aprovação dos processos de licenciamento ou regularização ambiental, outorga de água, crédito rural e transmissão de títulos de propriedade estão condicionados à averbação da RL no cartório, após a regularização junto ao órgão ambiental.

A RL tem seu uso restrito, sendo vedados o corte raso, a alteração de uso do solo e a exploração com fins comerciais, com algumas exceções. Entretanto, ela pode ser usada de forma manejada e sustentável para uso na propriedade, quando autorizado pelo órgão ambiental. É vedada a alteração de sua destinação nos casos de transmissão de propriedade. No desmembramento da propriedade rural a RL deve ser fracionada na forma e proporção da área total.

O Decreto Federal 7.029/2009 determina que após 11 de junho de 2011, o proprietário que não tiver regularizada sua RL, poderá ser responsabilizado. E aquele que destruir, desmatar, danificar, explorar ou impedir a regeneração natural da vegetação nativa da RL, sem autorização do órgão ambiental, estará sujeito a multas.

Segundo o Censo Agropecuário IBGE – 2006, temos em Minas Gerais 551.617 (quinhentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e dezessete) estabelecimentos rurais, com 32,6 milhões de hectares, com isso, seria esperado que 6,5 milhões de hectares estivessem averbados como Reserva Legal. Entretanto, estima-se que, atualmente, apenas 50.000 (cinquenta mil) estabelecimentos possuam RL averbadas, ou seja, apenas 9% do total. Assim, governo e sociedade se esforçam na busca de estratégias para fazer frente a esse enorme desafio de trazer para a legalidade a grande maioria das propriedades rurais mineiras.

Considerando a importância da regularização da RL como prestadora de serviços ambientais essenciais à manutenção de um meio ambiente ecologicamente saudável e o atendimento da legislação ambiental, esta proposta objetiva fomentar a regularização de Reservas Legais em propriedades rurais mineiras.

MATERIAIS E MÉTODOS

Minas Gerais, considerando um enorme passivo de propriedades irregulares e a dificuldade desta regularização, adotará o sistema de credenciamento de profissionais da área de meio ambiente, para agilizar processos de regularização da RL. Este credenciamento objetiva agregar os serviços especializados de terceiros visando garantir o cumprimento do Decreto Federal 7.029/2009 que impõe limite para a regularização das RLs de imóveis rurais.

Assim, profissionais habilitados não servidores serão credenciados, após capacitação, para atuar na locação e caracterização ambiental da RL com elaboração de laudos técnicos ambientais e levantamentos topográficos contendo a localização georreferenciada da RL, com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Para este credenciamento são considerados profissionais habilitados: engenheiros florestais, agrônomos, biólogos, geógrafos e outros que comprovarem em grade curricular ter habilitação técnica e legal para a identificação do ambiente natural, seus biomas e ecossistemas visando a proteção da fauna e da flora.

O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), o Mapeamento da Flora do Estado de Minas Gerais, o Atlas da Biodiversidade de Minas Gerais e o conceito de Microbacia são referências técnicas que devem ser consideradas na locação das RLs. Em áreas fragmentadas devem ser considerados: a manutenção ou ampliação dos fragmentos existentes, a proteção das áreas de maior suscetibilidade à erosão, o alargamento das faixas de vegetação ao longo dos cursos d'água, a proteção das cabeceiras das bacias hidrográficas e a proteção das áreas de recarga de aquíferos. Entretanto, compete aos analistas e técnicos do órgão ambiental analisar e homologar o processo e emitir o Termo de Responsabilidade / Compromisso de Averbação e de Preservação de Reserva Legal, documento necessário à averbação da RL no Cartório Imobiliário, ou no caso de posse, ao registro no Cartório de Títulos e Documentos.

A área da RL que não possuir a porcentagem mínima, exigida por lei, de vegetação nativa preservada terá que ser recuperada conforme previsão legal. Será necessário a elaboração de um Plano Técnico de Recuperação da Reserva Legal e o produtor rural poderá se cadastrar junto ao órgão ambiental para recebimento de mudas de espécies nativas e orientações técnicas, e caso seja selecionado e atendido deverá assinar um Termo de Compromisso se responsabilizando pelo plantio e manutenção das mudas recebidas. Entretanto, é preciso que o proprietário rural entenda que a RL não é empecilho para o desenvolvimento econômico de sua propriedade e atue como parceiro, pois, a RL preservada fornece gratuitamente os serviços ambientais (recurso hídrico, fertilidade dos solos, controle biológico de pragas e doenças, biodiversidade, beleza cênica, madeira, polinizadores e tantos outros), dos quais ele se beneficiará.

No site www.ief.mg.gov.br/florestas/reserva-legal são apresentados:

- Portaria nº98 de 11 de junho de 2010, que dispõe sobre a autorização para recebimento e homologação de laudos técnicos ambientais e plantas georreferenciadas, elaborados por profissionais habilitados não servidores do IEF, para regularização da RL;
- Orientações para regularização e averbação da RL da propriedade ou posse rural e em no caso de intervenção ambiental são apresentados o modelo de requerimento para averbação da RL com instruções de preenchimento;
- Termo de Responsabilidade/Compromisso de Averbação e Preservação da RL – Anexo I;
- Laudo Técnico Ambiental – Regularização da Reserva Legal – Anexo II;
- Especificação para elaboração das plantas georreferenciadas, memoriais descritivos e de seus respectivos arquivos digitais;

RESULTADOS

Em 2010 cerca de 7.000 proprietários rurais regularizaram suas reservas legais em Minas Gerais, um acréscimo significativo, considerando-se uma média anual de 4000 averbações. Para isso, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) assinou um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Estado e com a Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), criou o Centro de Apoio a Reserva Legal (Cearel) e promoveu 12 capacitações para profissionais não servidores realizarem os tramites técnicos da reserva legal. No total foram capacitados 700 técnicos. Destes, 389 foram credenciados para atuar em processos de averbação de reserva legal. A expectativa para 2011 é que o número de averbações aumente significativamente e que novas capacitações sejam realizadas.

CONCLUSÕES

Espera-se que a efetivação desta proposta, com a atuação dos profissionais credenciados, contribua para a regularização da Reserva Legal de propriedades rurais mineiras promovendo uma ampliação da cobertura florestal, para a formação de corredores ecológicos, para a melhoria da qualidade e o aumento da disponibilidade dos recursos hídricos e para a melhoria da qualidade de vida da população, em sub-bacias hidrográficas de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL, **Código Florestal**, Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965.
2. BRASIL, **Mais Ambiente**, Decreto Federal 7.029/2009.
3. MINAS GERAIS, **Lei Florestal**, Lei 14.309 de 19 de junho de 2002 com acréscimos da Lei 18.365 de 01 de setembro de 2009.
4. MINAS GERAIS, **Políticas Florestais**, Decreto Estadual 43.710/2004.